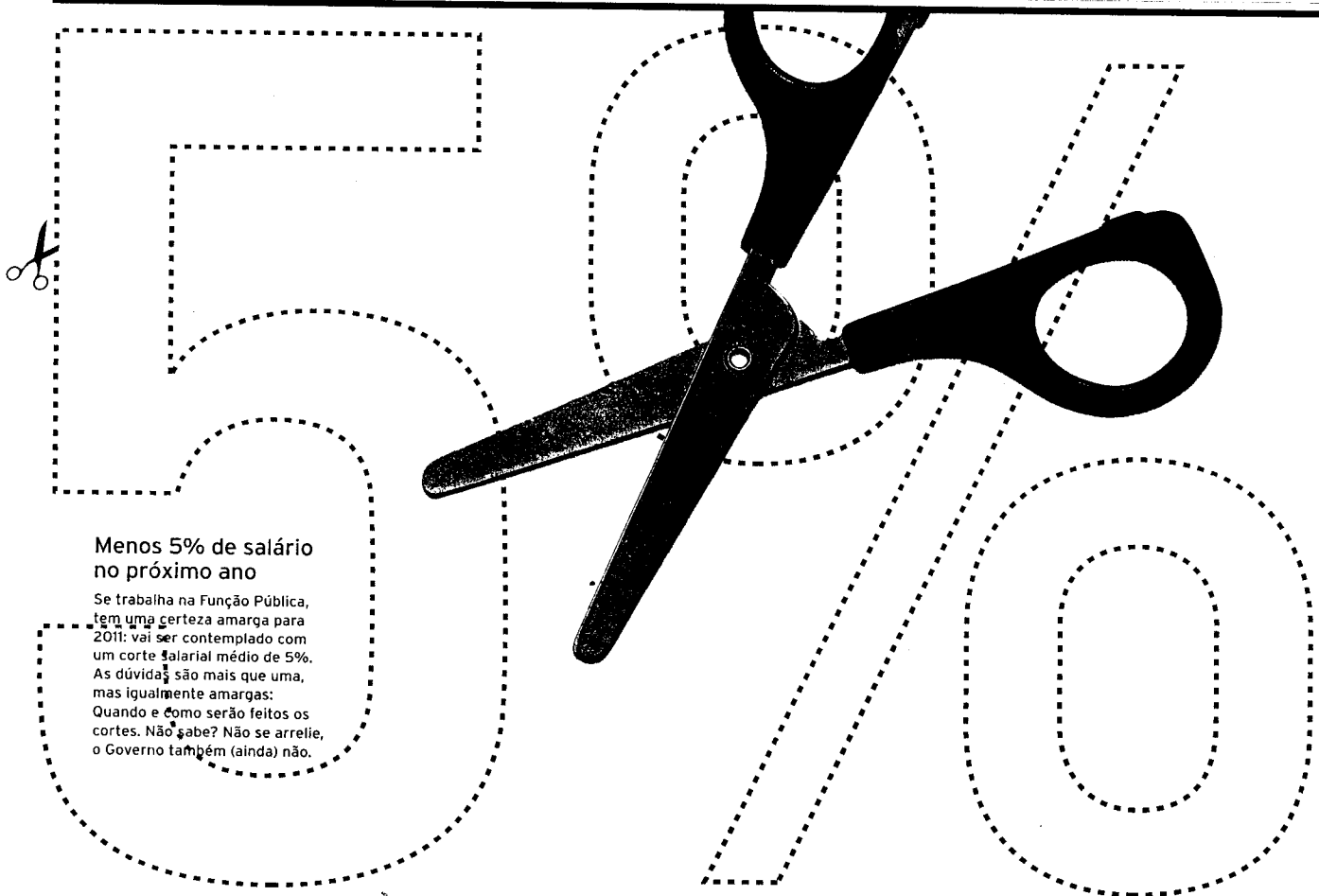


DESTAQUE CRISE DA DÍVIDA PÚBLICA



Menos 5% de salário no próximo ano

Se trabalha na Função Pública, tem uma certeza amarga para 2011: vai ser contemplado com um corte salarial médio de 5%. As dúvidas são mais que uma, mas igualmente amargas: Quando e como serão feitos os cortes. Não sabe? Não se arrelie, o Governo também (ainda) não.

Empresas públicas ainda não sabem como vão cortar salários

A um mês do fim do prazo, nenhuma empresa do SEE apresentou o seu plano orçamental para 2011.

Nuno Miguel Silva
e Luís Reis Pires
nuno.silva@economico.pt

As empresas públicas têm que apresentar até final do ano os seus planos de execução orçamental, com os respectivos cortes salariais. Mas a pouco mais de um mês para o fim do prazo, o Sector Empresarial do Estado (SEE) ainda não sabe como vai fazer esses cortes, pelo que ainda não apresentaram qualquer plano ao Governo.

Os cortes salariais previstos pelo Governo arriscam chegar ao terreno depois de 1 de Janeiro. Por isso, na quinta-feira, o secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, frisou que a medida será retroactiva. Ou seja, mesmo que os sistemas informáticos só sejam actualizados mais tarde ou que as empresas públicas se atrasem a adaptar a medida, será feito o acerto quando a solução for encontrada.

Mas há dúvida sobre como será feito, porque poderá implicar um salário mais curto naquele mês,

por exemplo, ou mesmo a devolução do dinheiro. Uma estratégia que as próprias "administrações [das empresas públicas] vão ter de decidir", disse ontem o ministro das Finanças, aludindo ao facto das empresas terem que apresentar a sua estratégia orçamental para 2011 ao Governo, antes de este dar o aval.

No entanto, a maioria das empresas públicas contactadas pelo Diário Económico escusou-se a comentar a questão dos cortes salariais e das eventuais excepções que poderão ocorrer. "Estas matérias são do foro da relação da CP com o seu accionista, pelo que não serão tornadas públicas, pelo menos, antes de estarem devidamente definidas entre as duas entidades", disse, por exemplo, fonte oficial da transportadora ferroviária nacional.

Segundo apurou o Diário Económico, até ao momento, apenas a administração do Metropolitano de Lisboa apresentou um plano de execução orçamental para 2011, mas mesmo assim parcelar, fal-

AS REGRAS

● Os cortes salariais são para todos. O Governo insiste que não haverá excepções, apesar da alteração ao OE que cria a hipótese de exceptonar dos cortes as empresas públicas.

● A medida arrisca chegar ao terreno depois de 1 de Janeiro, pelo que será retroactiva. Se as empresas se atrasarem a adoptar a medida, terão depois que fazer um acerto.

● Os cortes serão progressivos e vão variar entre 3,5%, para os rendimentos mais baixos, e 10%, para os mais elevados. Mas o Governo apenas quer ver cortada 5% da massa salarial, deixando ao critério dos gestores a forma como vão tratar essa progressividade.

tando ainda entregar toda a documentação. Neste plano, as empresas deverão ainda ter o cuidado de não aumentar o seu endividamento acima de 6% em relação ao patamar da dívida com que vão fechar o presente exercício.

Também contactados pelo Diário Económico, os responsáveis de empresas públicas como Metro de Lisboa, Transtejo, Soflusa ou Administração do Porto de Sines se recusaram a comentar a questão.

Todas estas administrações estão ainda a elaborar os respectivos planos de execução orçamental, onde ficarão definidos os cortes de massa salarial a efectuar no próximo ano. Por exemplo, fonte oficial da Refer respondeu que "está em curso a elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para o próximo triénio, não sendo assim oportuno por parte da Refer efectuar outros comentários". A mesma fonte da gestora da rede ferroviária nacional garante contudo, que "a Refer cumprirá, naturalmente, os prazos estabelecidos no que respeita ao envio à

tutela dos documentos referidos".

Até ao fecho desta edição, não foi possível obter respostas de empresas como a Parpública, Carris, TAP ou ANA, por exemplo.

Governo insiste que não haverá excepções

Teixeira dos Santos chutou a bola para o lado das empresas no que toca a decidir como serão feitos os cortes, mas garantiu que "não há excepção" aos mesmos.

Recorde-se que a Caixa Geral de Depósitos pediu uma excepção aos cortes, alegando que poderiam levar a uma fuga de quadros. O PS fez, assim, uma proposta de alteração ao OE - pedida pelo Governo - que cria uma excepção para o SEE. Ontem, o ministro defendeu que "alteração é precisamente para permitir que as empresas públicas efectuem os cortes que têm de fazer". Mas "é preciso permitir que as administrações dessas empresas possam ver qual a melhor forma de atingir esse objectivo de um corte de 5% nos salários", esclareceu. ■